

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



## Políticas públicas e os agressores das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar

*Daliane Fontenele de Souza\**  
*Inez Sampaio Nery\*\**

### RESUMO

O estudo em questão constitui-se em uma análise dos dados coletados no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Teresina-PI. O objetivo foi traçar o perfil dos agressores das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em Teresina-PI e relacionar tal perfil com as políticas públicas executadas na referida capital no que diz respeito a programas de recuperação e reeducação destes agressores, em conformidade com a Lei Maria da Penha. A metodologia utilizada foi o preenchimento de um formulário estruturado contendo dados de 244 processos protocolados no Juizado, no período de janeiro a junho de 2012. Os resultados, dentre outros, alcançados com a pesquisa foram: os agressores, em sua maioria, tinham entre 30 e 39 anos de idade e eram solteiros; a violência ocorreu mais na residência da mulher; os agressores eram seus cônjuges, ex-cônjuges, filhos e tinham como profissão pedreiros, desempregados, serventes; os tipos de violência cometidos foram: moral, psicológica, física, patrimonial e sexual; e os meios de agressão foram: injúria, ameaça, espancamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência doméstica e familiar; Lei Maria da Penha; Políticas públicas; Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor.

---

\* Assistente Social, Especialista em Gestão Hospitalar, Especialista em Segurança e Serviço Social, Mestranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Piauí – UFPI, Analista Judiciária do Núcleo Multidisciplinar do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Teresina-PI/Brasil. *E-mail:* [daliane.souza@hotmail.com](mailto:daliane.souza@hotmail.com)

\*\* Enfermeira, Doutora em Enfermagem, Profa. Associada III do Departamento de Enfermagem, Membro efetivo do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Teresina-PI/Brasil. *E-mail:* [ineznery.ufpi@gmail.com](mailto:ineznery.ufpi@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Cada vez mais as mulheres integram os números de vítimas de violência doméstica, cujos maridos ou companheiros são os agressores. Esse tipo de violência, denominada de violência de gênero, entendida como aquela em que o gênero do agressor e o da vítima estão intimamente ligados à explicação desta violência, vem tomando não apenas proporções crescentes nos casos documentados pela mídia, mas também crescente importância nas discussões de estudiosos da área e na elaboração de políticas públicas.

Dados revelam a magnitude desta forma de violência em nível mundial. Mulheres com idade entre 15 e 44 anos têm maior risco de estupro e violência doméstica do que de sofrerem acidentes, contraírem câncer, malária ou, ainda, serem vitimadas na guerra (ACOSTA *et al.*, 2013).

Waiselfisz (2012), no estudo Mapa da Violência 2012 Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil apresentou que, com uma taxa de 4,4 homicídios em 100 mil mulheres, o Brasil ocupa a sétima posição no contexto dos 84 países do mundo com dados homogêneos da Organização Mundial de Saúde - OMS compreendidos entre 2006 e 2010. Destacou ainda que, nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010, foram assassinadas no país cerca de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década.

No referido documento, verificou-se também uma grande heterogeneidade existente entre os estados do país. O Espírito Santo, com sua taxa de 9,6 homicídios em cada 100 mil mulheres, mais que duplicou a média nacional e quase quadruplicou a taxa do Piauí, Estado que apresentou o menor índice do país (2,5). Nas capitais dos estados, os níveis foram ainda mais elevados. Se a taxa média dos estados no ano de 2010 foi de 4,4 homicídios para cada 100 mil mulheres, a taxa das capitais foi de 5,1. A taxa de homicídios na capital Teresina foi de 3,2, estando ela na 24ª posição no ranking nacional. Dentre os 100 municípios brasileiros com as maiores taxas de homicídios de mulheres, nenhum está localizado no estado do Piauí (WAISELFISZ, 2012).

A Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República – SPM/PR elaborou, em 2008, o documento “Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor”. O termo “serviço” foi utilizado para se referir ao previsto no Art. 45 da Lei Maria da Penha, que se refere a Centros de

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Educação e de Reabilitação para os Agressores. Essas diretrizes para funcionamento do serviço são de responsabilidade da SPM/PR e dos demais Ministérios integrantes da Câmara Técnica do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (BRASIL, 2011).

O estudo em questão objetivou traçar o perfil dos agressores no contexto do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Teresina-PI e relacionar tal perfil com as políticas públicas executadas na referida capital no que diz respeito a programas de recuperação e reeducação destes agressores, de acordo com a Lei Maria da Penha. Pretende-se, com os resultados desse estudo, instrumentalizar as instituições que compõem a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, seus familiares e os(as) agressores(as), nos âmbitos municipal e estadual, na criação e implementação de políticas públicas que visem minorar a situação de vulnerabilidade das vítimas de violência doméstica e familiar.

## 2. MÉTODO

Trata-se de um estudo quantitativo realizado no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Teresina-PI visando coletar dados relevantes no que diz respeito ao perfil dos agressores das vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher em Teresina-PI. O universo da pesquisa é formado por dados coletados dos processos protocolados no período de janeiro a junho de 2012, em tramitação no Juizado, através do preenchimento de formulários estruturados durante os meses de agosto e setembro de 2012. O total de processos protocolados no período referido foi 816, tendo sido utilizados para o estudo dados de 244 processos, ou seja, 30% do total.

## 3. RESULTADOS

Os resultados do estudo compreendem, dentre outros, aos constantes nas tabelas 1 a 3 e nos gráficos 1 a 4. Depois de realizada a coleta de dados constantes



nas tabelas e gráficos, houve a análise por frequência e percentual dos mesmos e a discussão à luz da literatura sobre o tema.

Tabela 1. Distribuição de agressores segundo faixa etária. Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Teresina, PI, Brasil, 2012.

Faixa Etária	Agressores	
	N	%
15 a 19 anos	1	0,49
20 a 29 anos	60	24,39
30 a 39 anos	69	28,29
40 a 49 anos	43	17,56
50 a 59 anos	18	7,32
60 anos ou mais	6	2,44
Sem registro	48	19,51
TOTAL	244	100

Tabela 2. Distribuição de agressores segundo estado civil/situação conjugal. Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Teresina, PI, Brasil, 2012.

Estado Civil/ Situação Conjugal	Agressores	
	N	%
Casado	65	26,54
União Estável	53	21,8
Solteiro	99	40,76
Divorciado/ Separado	20	8,06
Sem registro	7	2,84



TOTAL	244	100
-------	-----	-----

### Profissão do Agressor

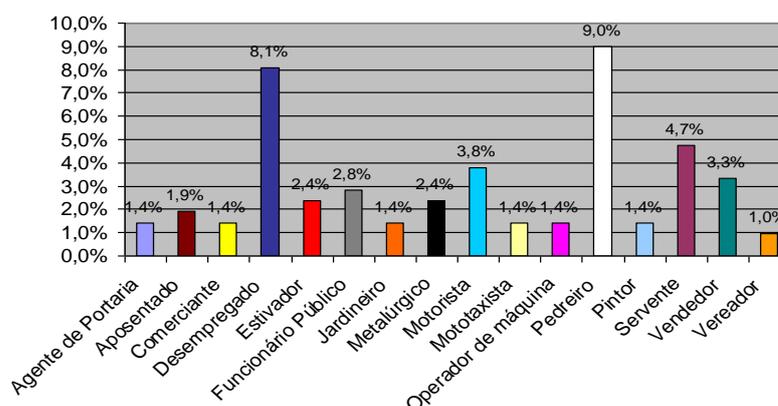


GRÁFICO 01. Distribuição de agressores segundo profissão/ocupação. Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher/Corregedoria Geral da Justiça do Piauí. Teresina, PI, Brasil, 2012.

### Relação da Vitima com Indiciado

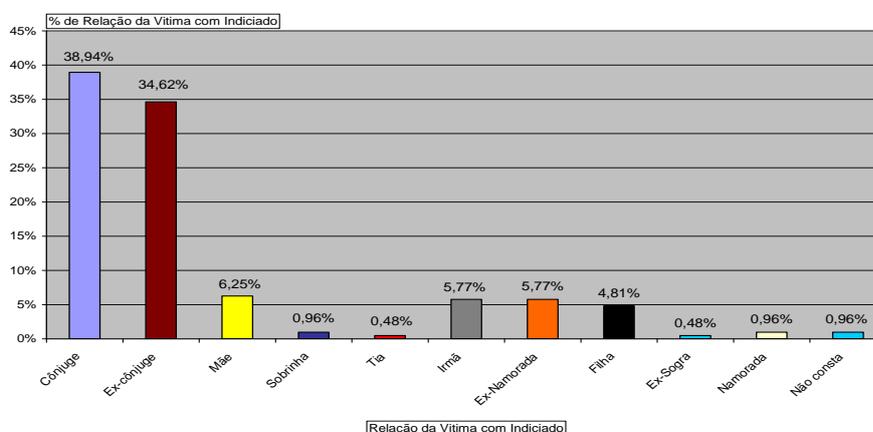


GRÁFICO 02. Distribuição de mulheres vítimas segundo relação com o agressor. Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher/Corregedoria Geral da Justiça do Piauí. Teresina, PI, Brasil, 2012.



Tabela 3. Distribuição de agressores segundo tipo de violência cometida. Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Teresina, PI, Brasil, 2012.

Tipos de Violência	N	%
Moral	206	37,87
Psicológica	176	32,72
Física	107	19,67
Patrimonial	45	8,27
Sexual	8	1,47
TOTAL	542	100

### Meios de Agressão

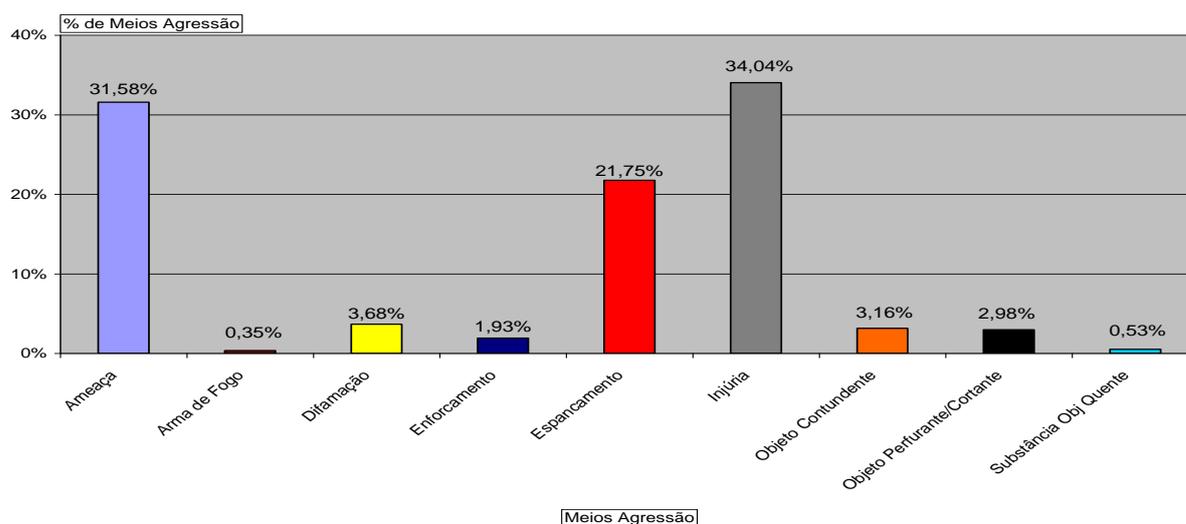


GRÁFICO 03. Distribuição de agressores segundo meios de agressão utilizados. Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher/Corregedoria Geral da Justiça do Piauí. Teresina, PI, Brasil, 2012.



## Local da Ocorrência

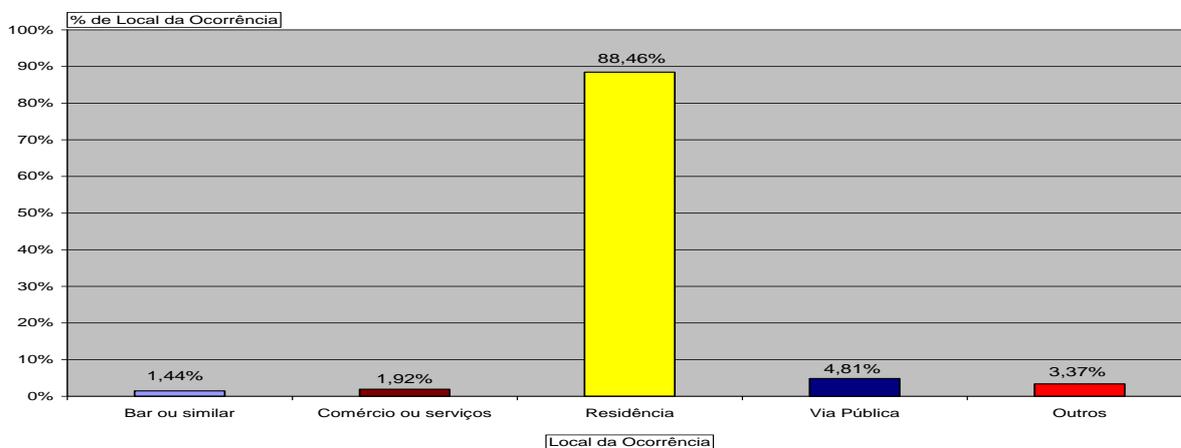


GRÁFICO 04. Distribuição de agressores segundo local de ocorrência da agressão. Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher/Corregedoria Geral da Justiça do Piauí. Teresina, PI, Brasil, 2012.

## 4. DISCUSSÃO

Ao analisar as tabelas 1 a 3 e os gráficos 1 a 4, percebe-se que 28,29% dos agressores estavam na faixa etária de 30 a 39 anos de idade; 24,39% tinham entre 20 e 29 anos de idade; e, em 19,51%, dos processos não constava a idade do agressor. Na maioria dos processos estudados (40,76%), os agressores estavam solteiros, seguidos dos casados (26,54%) e em união estável (21,8%). Em 18,96% dos processos analisados não constava a profissão/ocupação do agressor. As profissões/ocupações de maior ênfase foram: pedreiro (9%), desempregado (8,06%) e servente (4,74%). Alguns agressores estavam inseridos em profissões consideradas socialmente como menos precarizadas, tais como: publicitário (0,95%); engenheiro civil (0,47%); e fisioterapeuta (0,47%). Observou-se que 0,94% dos agressores exerciam função no âmbito das Polícias Civil e Militar.

O homem desempregado se sente impotente, porque está destituído do principal papel que define sua masculinidade, já que não é mais provedor, o que ameaça a hierarquia doméstica. Neste sentido, “o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque macho deve dominar a

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



qualquer custo; e mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu destino assim determina” (SAFIOTTI, 1999, p. 88).

O cônjuge era o principal responsável pelos incidentes violentos, com 38,94%, seguido do ex-cônjuge, com 34,62% dos casos, totalizando 73,56% dos casos de ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher em Teresina, no primeiro semestre de 2012. Um percentual de 6,25% das vítimas eram mães dos agressores; 5,77% eram irmãs; 5,77%, ex-namoradas; e, 4,81%, filhas.

A forma mais grave de violência doméstica e familiar contra a mulher foi a violência moral (37,87%), seguida pela violência psicológica (32,72%). A violência física apareceu em terceira posição, com 19,67%, sendo que a violência patrimonial apresentou um percentual de 8,27% e a violência sexual de 1,47%. A ameaça e a injúria foram os meios mais utilizados pelos agressores, com 38,8% e 31,1% respectivamente, seguido pelo espancamento (16,3%) e utilização de objeto perfurante/cortante (3,8%).

A despeito de, nesse estudo, o percentual de violência sexual ter sido o menor, ressalta-se que “a violência sexual atinge homens e mulheres com uma prevalência global estimada em 8,6% na população urbana brasileira, com incidência 2,2 vezes maior nas mulheres” (COSTA *et al.*, 2011, p. 630). A autora ressalta ainda que, em muitas sociedades, a mulher não entende o sexo forçado como violência, caso ela esteja casada ou vivendo com o agressor, daí não denunciá-lo.

No imaginário coletivo, permanecem cristalizadas representações sociais que, ancoradas na desigualdade dogmática entre os sexos, culpabilizam a mulher pelas agressões sofridas, ao considerar que ela as incita. Vítima da violência de gênero, aos poucos a mulher vai perdendo a autoestima e, dessa forma, responsabiliza-se por todo tipo de agressão sofrida, acomoda-se à relação e não cogita uma separação (TAVARES, 2010).

No que diz respeito ao local de agressão, o estudo mostra que 88,46% das agressões ocorreram nas residências, seguidas das agressões realizadas em via pública (4,81%), em comércio ou serviços (1,92%) e em bares (1,44%). A absoluta maioria das agressões sendo praticadas no interior da residência também é um

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



dado encontrado na literatura de Giffen (1994) e Soares *et al.* (1996), sendo esta prática recorrente, facilitada pelo fato de a agressão transcorrer sem interrupções de outras pessoas e sob a legitimidade da privacidade do lar.

Sobre a situação prisional do agressor, em 43,60% dos processos pesquisados, os agressores haviam sido presos, sendo que destas prisões 89,01% foram em flagrante e 9,99% foram preventivas. Em nenhum dos processos, o(a) juiz(a) determinou o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. O que ocorre em relação a programas de recuperação, no cotidiano do Juizado, é que quando o agressor demonstra voluntariamente o interesse de se tratar contra dependência química, dependendo do caso, o(a) juiz(a) o autoriza a fazer este tratamento, sendo o encaminhamento e o acompanhamento do agressor realizado pela equipe técnica do Núcleo Multidisciplinar do Juizado. No que diz respeito a programas de reeducação do agressor, os (as) magistrados (as) alegam não fazerem essas determinações porque não existe esse serviço em Teresina nem em outras cidades do Piauí.

O Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor não constitui um espaço de “tratamento” dos agressores e deverá se restringir ao acompanhamento dos homens processados criminalmente (apenados ou não). Faz parte da Rede de Atendimento e de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e deverá atuar de forma articulada com os demais serviços da rede, no sentido de contribuir para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres (BRASIL, 2011).

O enfrentamento dos problemas da mulher em situação de violência doméstica necessita da ação intersetorial e transdisciplinar, ou seja, os serviços precisam de comunicação eficaz entre si e de adequação de informações para selecionar seus conteúdos e objetivos (LUCENA *et al.*, 2012).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer o perfil dos agressores das vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher é um dos primeiros passos para combater e prevenir este tipo de

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



violência. Sem um diagnóstico preciso da realidade local, a intervenção seja de entidades públicas, privadas e/ou da sociedade civil pode acabar sendo desfocada e superficial. É imprescindível saber primeiro quem e como são os sujeitos para depois serem traçadas as políticas públicas capazes de superarem as vulnerabilidades sociais que os acometem.

Portanto, as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero devem orientar-se para a desconstrução de valores sexistas e machistas e para questões culturais e sociais, que não individualizem o problema. O acompanhamento dos agressores constitui parte das ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, na medida em que – juntamente com ações educativas e preventivas ampliadas (tais como campanhas, formação de educadores, mudança dos currículos escolares) – contribui para a responsabilização dos homens pela violência cometida e para a desconstrução de estereótipos de gênero e de padrões hegemônicos de masculinidade.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, D. F.; GOMES, V. L. de O. G.; BARLEM, E. L. D. Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher. *Revista Acta Paulista de Enfermagem*. 2013; 26(6): 547-56. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v26n6/07.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República. *Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres/Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República, 2011.

GIFFEN, K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, v. 10 (supl. 1), p. 146-155, 1994.

# 18º REDOR

24 a 27 de Novembro  
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE  
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:  
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



LUCENA, K. D. T. de; SILVA, A. T. M. C. da; MORAES, R. M. de; SILVA, C. C. da; BEZERRA, I. M. P. Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. *Cadernos Saúde Pública*. vol. 28, n. 6, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, . 1111-1121, jun. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010311X2012000600010&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010311X2012000600010&lang=pt)>. Acesso em: 26 mar. 2014.

COSTA, A. M. da; MOREIRA, K. de A. P.; HENRIQUES, A. C. P. T.; MARQUES, J. F.; FERNANDES, A. F. C. Violência Contra a Mulher: Caracterização de Casos Atendidos em um Centro Estadual de Referência. *Rev. Rene: Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*. Fortaleza: Editora UFC, v. 12, n. 3, p. 627-635, jul.-set./2011.

SAFIOTTI, H. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação SEAD, v. 3, n. 4, p. 82-90, out.-dez./1999.

SOARES, L. E.; SOARES, B. M.; CARNEIRO, L. P. Violência contra a mulher: As DEAMs e os pactos domésticos. In: SOARES, L. E. (Org). *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará/ISER, 1996, p. 65-106.

TAVARES, M. S. Com açúcar e sem afeto: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracaju/SE. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 101, p. 121-145, jan.-mar./2010.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2012 ATUALIZAÇÃO: HOMICÍDIOS DE MULHERES NO BRASIL*. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – CEBELA. FLACSO Brasil: Agosto, 2012. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012\\_mulheres.php](http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_mulheres.php)> Acesso em: 28 out. 2013.